



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
 Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019
 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente a 2019 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), sendo o Governo do Estado do Espírito Santo seu acionista majoritário. Em junho de 2019 concluiu processo de revisão do seu Plano Estratégico para o período 2019/2023, alinhado com as diretrizes do Plano Estratégico 2019/2022 do governo estadual.

O negócio do banco é prover soluções financeiras para o investimento produtivo, gerenciar fundos e prestar serviços para Estado e municípios. Possui a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. Em seu nível estratégico, o objetivo síntese dos esforços do BANDES é ser reconhecido pela sociedade como o ator estratégico no processo de desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, até 2023.

Mapa Estratégico 2019 / 2023

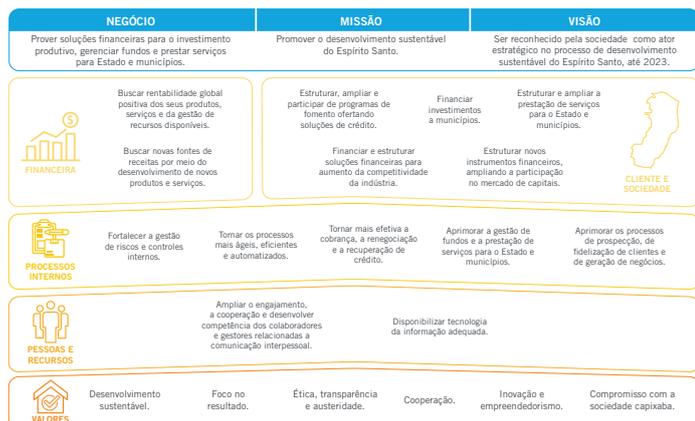


IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2019-2023

O seu Plano Estratégico 2019-2023 contempla o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo do *Balanced Score Card (BSC)*, composto por um Mapa Estratégico e um Painel de Indicadores de Desempenho, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento.

2. Perspectiva Financeira

Em 2019, o BANDES registrou prejuízo líquido de R\$ 209,2 milhões, decorrente dos seguintes motivos: i) foram reclassificadas operações de crédito com base na Resolução CMN nº 2.682/99, o que aumentou a Provisão de Créditos para Liquidação Duvidosa (PCLD); ii) considerando a incerteza de lucros fiscais futuros foi estabelecida a baixa do saldo total constituído do Ativo Fiscal Diferido; iii) foi constituída provisão para Bens Não de Uso Próprio, visando adequar o saldo líquido contábil ao valor de venda dos bens oferecidos em leilão; iv) com base em decretação de inadimplência técnica foram constituídas provisões para multas a serem pagas pelo BANDES aos repassadores de recursos e cobradas dos clientes em situação de inadimplência técnica. Em função desse prejuízo o Patrimônio Líquido do banco encerrou o ano em R\$ 219,6 milhões, redução de 48,6% em relação a 2018.

3. Perspectiva de Clientes e Sociedade

Em 2019, o investimento total liberado pelo BANDES foi de R\$ 641,5 milhões, compreendendo:

- R\$ 35,5 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 529,7 milhões em operações de crédito com risco de fundos, inclusive FUNDAP;

• R\$ 76,3 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados como Reflorestar, FUNCITEC e RENOVA PREFEITURAS.

Além disso, o BANDES assinou contrato de repasse de recursos com a Caixa Econômica Federal (CEF) para municípios capixabas em projetos de saneamento e logística.

A carteira de crédito do BANDES encerrou 2019 totalizando R\$ 813,4 milhões, retração de 20,5% em relação a 2018 em função da aceleração de créditos inscritos em prejuízo.

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Em 2019, foram enquadrados 36 projetos, representando investimentos da ordem de R\$ 728 milhões e projetando a geração de 2.094 empregos diretos. Destaque-se também a emissão de 32 laudos de constatação de investimentos em 12 municípios do Estado.

Na área ambiental, o destaque é o Programa Reflorestar, do Governo do Estado, com o objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, gerando oportunidades de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. O BANDES é agente técnico deste programa e em 2019 teve celebrados 818 novos contratos de pagamentos por serviços ambientais, totalizando 3.173 hectares de área a ser preservada ou recuperada, e desembolsos de R\$ 18,8 milhões para 2.405 projetos.

4. Perspectiva de Pessoas

O Banco encerrou o ano de 2019, com 168 colaboradores, 98,2% (165) destes com formação superior completa, dos quais 43,1% com pós-graduação. O BANDES atua em sua Gestão de Pessoas proporcionando um programa anual de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem", com destaque para as ações com foco na prevenção de doenças, bem estar do colaborador e incentivo à prática de atividade física. Ao longo do ano foram realizadas capacitações *in company* para o desenvolvimento do corpo funcional. Encerramos o ano com ações sociais junto aos colaboradores com foco no desenvolvimento de Responsabilidade Social.

5. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2018	2019	Variação %
OPERACIONAIS			
1. Investimento Total Liberado (R\$ mil)	646.519	641.514	(0,8)
2. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil)	1.023.583	813.375	(20,5)
3. Nº de contratos ativos	37.237	33.542	(9,9)
4. Nº de clientes ativos	24.252	21.483	(11,4)
FINANCEIROS			
1. Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(31.277)	(209.203)	568,8
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil)	427.072	219.620	(48,6)
3. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias / Saldo da Carteira) (%)	8,3	11,7	29,0
4. Despesa Líquida de PCLD	(131.917)	(160.041)	21,3

6. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória-ES, 19 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
 Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL – EM REAIS MIL

ATIVO		2019		2018		PASSIVO		2019		2018	
		(Nota)		(Reapresentado Nota 3.o)				(Nota)		(Reapresentado Nota 3.o)	
CIRCULANTE			538.421		584.517	CIRCULANTE			343.858		326.800
DISPONIBILIDADES	(4)		447		422	DEPÓSITOS	(13)		27.642		24.978
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(5)		189.465		251.575	Depósitos à Vista			8.862		9.467
Aplicações no Mercado Aberto			62.268		69.019	Depósitos a Prazo			18.780		15.511
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			127.197		182.556	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(14)		195.995		205.350
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	(6)		145.829		50.113	BNDES			171.459		175.856
Carteira Própria			145.829		50.113	FINAME			11		11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(7)		178.129		229.697	FINEP			1.133		1.142
Operações de Crédito			245.276		266.877	Outras Instituições			23.392		28.341
Setor Público			10.022		9.673	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(15)		120.221		96.472
Setor Privado			235.254		257.204	Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			-		16
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7.f)		(67.147)		(37.180)	Sociais e Estatutárias			698		22.915
OUTROS CRÉDITOS	(8)		6.773		35.081	Fiscais e Previdenciárias	(15.a)		3.757		3.074
Rendas a Receber			1.119		688	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(15.b)		71.970		60.244
Diversos			5.663		34.418	Diversas			43.796		10.223
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)			(9)		(25)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			551.348		690.044
OUTROS VALORES E BENS	(9)		17.778		17.629	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(14)		397.215		529.119
Outros Valores e Bens			30.454		20.037	BNDES			351.822		468.992
(Provisão para Desvalorizações)			(13.032)		(2.435)	FINAME			42		50
Despesas Antecipadas	(9.b)		356		27	FINEP			3.203		4.580
						Outras Instituições			42.148		55.497
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			566.957		850.366	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(15)		154.133		160.925
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	(6)		148.513		145.870	Fiscais e Previdenciárias	(15.a)		623		1.020
Carteira Própria			148.513		145.870	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(15.b)		145.846		154.977
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(7)		409.197		647.008	Diversas			7.664		4.928
Operações de Crédito			562.351		750.797	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(16)		219.620		427.072
Setor Público			32.540		40.220	Capital:					
Setor Privado			529.811		710.577	- De Domiciliados no País			419.219		407.448
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(7.f)		(153.154)		(103.789)	- Aumento de Capital			-		11.771
OUTROS CRÉDITOS	(8)		9.230		57.485	Reserva de Capital			11.639		11.639
Rendas a Receber			267		1.266	Reservas de Lucros			-		43.237
Créditos específicos			205		205	Ajuste de Avaliação Patrimonial			1.694		-
Diversos			10.257		57.555	Lucros ou Prejuízos Acumulados			(198.855)		(32.946)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)			(1.499)		(1.541)	(Ações em Tesouraria)			(14.077)		(14.077)
OUTROS VALORES E BENS	(9)		17		3						
Despesas Antecipadas	(9.b)		17		3						
PERMANENTE			9.448		9.033						
INVESTIMENTOS	(10)		38		38						
Outros Investimentos			75		75						
(Provisão para Perdas)			(37)		(37)						
IMOBILIZADO DE USO	(11)		1.482		1.951						
Imóveis de Uso			4.056		4.056						
Outras Imobilizações de Uso			10.010		11.326						
(Depreciações Acumuladas)			(12.584)		(13.431)						
INTANGÍVEL	(12)		7.928		7.044						
Ativos Intangíveis			51.576		49.965						
(Amortizações Acumuladas)			(43.648)		(42.921)						
TOTAL DO ATIVO			1.114.826		1.443.916	TOTAL DO PASSIVO			1.114.826		1.443.916

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EM REAIS MIL

	(Nota)	2º SEM/2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		54.700	113.127	127.184
Operações de Crédito		40.970	85.199	101.547
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.730	27.928	25.637
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(131.753)	(181.294)	(151.983)
Operações de Captação no Mercado	(101)	(191)	(190)	(151)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.399)	(21.050)	(21.050)	(19.990)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(122.253)	(160.054)	(160.054)	(131.842)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(77.053)	(68.167)	(24.799)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(33.160)	(57.212)	(39.892)
Receitas de Prestação de Serviços	(26.b)	5.860	11.104	12.443
Rendas de Tarifas Bancárias		890	1.722	2.748
Despesas de Pessoal	(26.c)	(20.159)	(40.299)	(39.869)
Outras Despesas Administrativas	(26.d)	(8.947)	(15.970)	(13.474)
Despesas Tributárias	(26.e)	(2.376)	(4.789)	(5.408)
Outras Receitas Operacionais	(26.f)	5.793	8.524	4.974
Outras Despesas Operacionais	(26.g)	(14.221)	(17.504)	(1.306)
RESULTADO OPERACIONAL		(110.213)	(125.379)	(64.691)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(26.h)	(10.320)	(11.083)	(933)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(120.533)	(136.462)	(65.624)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.a1)	(67.808)	(72.741)	34.347
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(5)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(59)
Ativo Fiscal Diferido	(15.a2)	(67.808)	(72.741)	34.411
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(188.341)	(209.203)	(31.277)
Juros sobre Capital Próprio		-	-	23.163
Prejuízo por lote de mil Ações - R\$	(7.11)	(7,11)	(7,90)	(1,18)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDO EM 30/06/2019 REAPRESENTADO	419.219	-	11.639	5.274	38.019	-	(53.808)	(14.077)	406.266
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.694	-	-	1.694
Reservas	-	-	-	(5.274)	(38.020)	-	43.294	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(188.341)	-	(188.341)
SALDO EM 31/12/2019	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(198.855)	(14.077)	219.620
Mutações do 2º Semestre – 2019	-	-	-	(5.274)	(38.020)	1.694	(145.047)	-	(186.645)
SALDO EM 31/12/2017	407.448	-	11.639	5.191	59.443	-	-	(14.077)	469.644
Aumento de capital	-	11.771	-	-	-	-	-	-	11.771
Dividendos / JSCP Prescritos	-	-	-	-	97	-	-	-	97
Reservas	-	-	-	-	(21.577)	-	21.577	-	-
Prejuízo do período (Reapresentado)	-	-	-	-	-	-	(31.277)	-	(31.277)
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	-	83	-	-	(83)	-	-
Dividendos /JSCP	-	-	-	-	-	-	(23.163)	-	(23.163)
SALDO EM 31/12/2018 REAPRESENTADO	407.448	11.771	11.639	5.274	37.963	-	(32.946)	(14.077)	427.072
Mutações do Exercício – 2018	-	11.771	-	83	(21.480)	-	(32.946)	-	(42.572)
SALDO EM 31/12/2018 REAPRESENTADO	407.448	11.771	11.639	5.274	37.963	-	(32.946)	(14.077)	427.072
Aumento de capital	11.771	(11.771)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos / JSCP prescritos	-	-	-	-	57	-	-	-	57
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.694	-	-	1.694
Reservas	-	-	-	(5.274)	(38.020)	-	43.294	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(209.203)	-	(209.203)
SALDO EM 31/12/2019	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(198.855)	(14.077)	219.620
Mutações do Exercício – 2019	11.771	(11.771)	-	(5.274)	(37.963)	1.694	(165.909)	-	(207.452)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO – EM REAIS MIL

	2º SEM/2019	2019	2018
			(Reapresentado Nota 3.o)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	(120.533)	(136.462)	(65.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(64)
Ativo Fiscal Diferido	(67.808)	(72.741)	34.411
Depreciações e Amortizações	691	1.333	1.143
Provisão para Perdas/Desvalorizações	10.381	12.626	5.027
Reversão de Provisões	-	-	(1)
Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado	(177.269)	(195.244)	(25.108)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.528	62.110	9.141
Títulos e Valores Mobiliários	(78.194)	(96.665)	(34.976)
Operações de Crédito	202.742	289.379	122.263
Outros Créditos	72.268	76.563	(12.701)
Outros Valores e Bens	(302)	(342)	69
Outras Obrigações	22.993	16.957	36.646
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	(1)
Depósitos	2.342	2.664	3.875
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(73.217)	(141.259)	(74.731)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.891	14.162	24.477
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	14.095	16.015	6.302
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(22.306)	(27.005)	(13.618)
Aplicação no Intangível	(973)	(1.611)	(2.332)
Inversões em Imobilizado de Uso	(101)	(1.592)	(3.224)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(9.285)	(14.193)	(12.872)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	-	-	11.771
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	56	(23.066)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	-	56	(11.295)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(394)	25	310
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS			
Início do Período	841	422	112
Fim do Período	447	447	422
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(394)	25	310

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EM REAIS MIL

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2019 em comparação com o exercício social de 2018.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo. Esta localizada na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Em sua preparação foram adotadas estimativas e premissas utilizadas na mensuração de perdas com operações de crédito; na definição do valor justo de determinados instrumentos financeiros; em provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e na determinação da vida útil de determinados ativos. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 19 de março de 2020.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Adminis-



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

tração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
 - Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.
- Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- (i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- (ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que promoveu alteração na Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. São compostos, basicamente, por dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 9.b)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

h.1) Investimentos – Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)

h.2) Imobilizado – Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica, como segue: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional.

h.3) Intangível – Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente pelo Banco, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, que é revisada internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/moderniza-

ção software corporativo, aplicativo para celulares - 13 anos - 7,5% ao ano; software e site corporativo – 60 meses - 20% ao ano.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15%.

k) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros são calculados pelas alíquotas vigentes na data das demonstrações contábeis, registrados na rubrica outros créditos em contrapartida ao resultado do período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período e terá seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

n) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos valores de recuperação.

No exercício social de 2019 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

o) Reapresentação de saldos comparativos

No exercício social de 2018, a Instituição teve a carteira de operações de crédito submetida à atividade de supervisão do Banco Central do Brasil. O escopo dos trabalhos de fiscalização abrangeu a classificação de risco de crédito das operações e a suficiência das correspondentes provisões reconhecidas contabilmente. Ao final do processo de supervisão, o DESUP/BACEN entendeu que os critérios de amortização significativa adotados pelas políticas e procedimentos do banco não estavam devidamente amparados pelo art. 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, impondo melhorias e recomendando o reconhecimento dos ajustes e a correção das inconsistências. Em resposta à argumentação, que o banco apresentou em defesa da política adotada, o Departamento de Supervisão do Banco Central, DESUP/BACEN, manteve o posicionamento anterior e reiterou a necessidade de alteração nos procedimentos de reclassificação das operações renegociadas com o estabelecimento de critérios mais rígidos, bem como os possíveis ajustes em decorrência dessas alterações.

Acatando as recomendações do DESUP/BACEN, a partir da proposição da Diretoria Executiva por meio do voto DIRAF nº 50/2019, o Conselho de Administração aprovou alterações na Seção I – Políticas de Crédito, do Capítulo III – Manual de Operação de Crédito, do Âmbito 1 – Políticas Corporativas do Código de Compliance e determinou a revisão das reclassificações das operações renegociadas.

A execução da revisão percorreu as seguintes etapas: ajuste de critérios de revisão, reprocessamento da classificação de matrizes de risco, reprocessamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), e por último, a segregação dos valores da PCLD complementar das operações renegociadas nos exercícios de 2017 a 2018, com registro contábil no patrimônio líquido, com fundamento na Resolução CMN nº 4.007/2011, que recepcionou o Pronunciamento Contábil CPC 23, daquelas renegociadas a partir do exercício social de 2018, que tiveram o registro contábil da PCLD complementar lançado no resultado do período.

Em termos gerais, a Resolução determina a retificação de períodos anteriores para o período anterior mais antigo apresentado, bem como prevê hipóteses de limitação à reapresentação retrospectiva. O item 45 do CPC 23, que diz “Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo, no início do período corrente, de erro em todos os períodos anteriores, a entidade deve retificar a informação comparativa para corrigir o erro prospectivamente a partir da data mais antiga praticável”.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
 Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado		Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE	591.675	(7.158)	584.517	CIRCULANTE	326.800	-	326.800
DISPONIBILIDADES	422	-	422	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	690.044	-	690.044
APLICAÇÕES INTERBANCAIRAS DE LIQUIDEZ	251.575	-	251.575	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	460.018	(32.946)	427.072
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	50.113	-	50.113	Capital Social	407.448	-	407.448
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	244.179	(14.482)	229.697	Aumento de Capital	11.771	-	11.771
Operações de Crédito	266.877	-	266.877	Reservas de Capital	11.639	-	11.639
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(22.698)	(14.482)	(37.180)	Reservas de Lucros	43.237	-	43.237
OUTROS CRÉDITOS	27.757	7.324	35.081	Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(32.946)	(32.946)
OUTROS VALORES E BENS	17.629	-	17.629	(Ações em Tesouraria)	(14.077)	-	(14.077)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	876.154	(25.788)	850.366				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	145.870	-	145.870				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	687.436	(40.428)	647.008				
Operações de Crédito	750.797	-	750.797				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(63.361)	(40.428)	(103.789)				
OUTROS CRÉDITOS	42.845	14.640	57.485				
OUTROS VALORES E BENS	3	-	3				
PERMANENTE	9.033	-	9.033				
Total do Ativo	1.476.862	(32.946)	1.443.916	Total do Passivo	1.476.862	(32.946)	1.443.916

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	127.184	-	127.184
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(97.073)	(54.910)	(151.983)
Operações de Captação no Mercado	(151)	-	(151)
Operações de Empréstimos e Repasses	(19.990)	-	(19.990)
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(76.932)	(54.910)	(131.842)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30.111	(54.910)	(24.799)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(39.892)	-	(39.892)
Receitas de Prestação de Serviços	12.443	-	12.443
Rendas de Tarifas Bancárias	2.748	-	2.748
Despesas de Pessoal	(39.869)	-	(39.869)
Outras Despesas Administrativas	(13.474)	-	(13.474)
Despesas Tributárias	(5.408)	-	(5.408)
Outras Receitas Operacionais	4.974	-	4.974
Outras Despesas Operacionais	(1.306)	-	(1.306)
RESULTADO OPERACIONAL	(9.781)	(54.910)	(64.691)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(933)	-	(933)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(10.714)	(54.910)	(65.624)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.383	21.964	34.347
Provisão para Imposto de Renda	(5)	-	(5)
Provisão para Contribuição Social	(59)	-	(59)
Ativo Fiscal Diferido	12.447	21.964	34.411
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.669	(32.946)	(31.277)



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 – EM REAIS MIL

	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	(10.714)	(54.910)	(65.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(64)	-	(64)
Ativo Fiscal Diferido	12.447	21.964	34.411
Depreciações e Amortizações	1.143	-	1.143
Provisão para Perdas/Desvalorizações	5.027	-	5.027
Reversão de Provisões	(1)	-	(1)
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	7.838	(32.946)	(25.108)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.141	-	9.141
Títulos e Valores Mobiliários	(34.976)	-	(34.976)
Operações de Crédito	89.317	32.946	122.263
Outros Créditos	(12.701)	-	(12.701)
Outros Valores e Bens	69	-	69
Outras Obrigações	36.646	-	36.646
Resultado de Exercícios Futuros	(1)	-	(1)
Depósitos	3.875	-	3.875
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(74.731)	-	(74.731)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.477	-	24.477
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(12.872)	-	(12.872)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(11.295)	-	(11.295)
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	310	-	310
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS			
Início do Período	112	-	112
Fim do Período	422	-	422
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	310	-	310

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2019	2018
Moeda nacional (caixa)	0	2
Moeda nacional (depósitos bancários)	447	420
Disponibilidades	447	422
Depósitos interfinanceiros *	127.197	182.556
Aplicações no mercado aberto*	62.268	69.019
Total	189.912	251.997

*Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			Total
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	
Depósitos interfinanceiros (1)				
Empresas ligadas (Banestes S/A)	505	-	-	505
Empresas não ligadas	40.106	68.491	18.095	126.692
Aplicações no mercado aberto (2)	62.268	-	-	62.268
Total 2019	102.879	68.491	18.095	189.465
Total 2018	131.479	89.046	31.050	251.575

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	1 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos Mantidos até o Vencimento				
Títulos Públicos – Brasil*				
Letras Financeiras do Tesouro	33.392	13.434	47.841	94.667
Notas do Tesouro Nacional	-	-	10.890	10.890
Letras Financeiras	4.479	5.130	87.086	96.695
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	-	-	100	100
Criatec 3 – FIP	-	-	2.596	2.596
Total 2019	37.871	18.564	148.513	204.948
Total 2018	30.370	19.743	145.870	195.983
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos – Brasil*				
Letras do Tesouro Nacional	20.277	-	-	20.277
Notas do Tesouro Nacional	69.117	-	-	69.117
Total 2019	89.394	-	-	89.394
Total 2018	-	-	-	-
Total geral de TVM 2019	127.265	18.564	148.513	294.342
Total geral de TVM 2018	30.370	19.743	145.870	195.983

*Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), exceto FGI e Criatec 3 - FIP.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (NTN e LTN) é obtido a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

a) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Após o final do exercício de 2019, o banco promoveu a reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias listadas na Circular BACEN nº 3.068/01. Em 31 de dezembro de 2019, foram reclassificados da categoria "Mantidos até o vencimento" para a categoria "Disponível para venda" os títulos de crédito demonstrados abaixo. O reconhecimento contábil do ajuste ao valor de mercado gerou impacto positivo no patrimônio líquido, em valores brutos R\$ 2.823, e R\$ 1.694 líquidos, após a dedução dos efeitos tributários.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

R\$ mil

Resumo do ajuste a valor de Mercado - TVM				
Títulos disponíveis para venda	Ajuste Bruto		Saldo Líquido	Saldo Líquido
	Tributos*		31/12/2019	31/12/2018
Próprios				
Nota do Tesouro Nacional - série B	1.714	(685)	1.029	-
Nota do Tesouro Nacional - série C	767	(307)	460	-
Letras do Tesouro Nacional	342	(137)	205	-
Total	2.823	(1.129)	1.694	-

*Correspondem a IR e CSLL calculados às alíquotas vigentes.

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos	62.399	8	108.973	10
Financiamentos (incluem agroindustriais)	97.218	12	119.258	12
Financiamentos rurais	605.448	74	739.550	72
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	42.562	5	49.893	5
Subtotal	807.627	99	1.017.674	99
Outros créditos*	5.748	1	5.909	1
Total das operações de créditos	813.375	100	1.023.583	100

* Refere-se à rubrica de Devedores por Compras de Valores e Bens com característica de concessão de crédito. (Vide nota 8)

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	83.149	10	91.002	9
50 seguintes maiores devedores	92.532	11	97.368	10
100 seguintes maiores devedores	52.928	7	54.168	5
Demais devedores	584.766	72	781.045	76
Total das operações de crédito	813.375	100	1.023.583	100

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	34.551	4	31.649	3
A vencer	778.824	96	991.934	97
Até 3 meses	95.635	12	77.726	7
De 3 meses a 12 meses	202.666	25	158.805	16
Acima de 12 meses	480.523	59	755.403	74
Total das operações de crédito	813.375	100	1.023.583	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	770.813	95	973.690	95
Pessoa Jurídica				
Rural	91.390	11	90.964	9
Indústria	45.622	6	64.385	6
Comércio	60.962	8	89.975	9
Outros serviços	51.506	6	66.996	6
Pessoa Física				
Rural	521.333	64	661.370	65
Setor público	42.562	5	49.893	5
Administração direta municipal	42.562	5	49.893	5
Total das operações de crédito	813.375	100	1.023.583	100

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis de Risco	% mínimo	2019				2018			
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão		
AA	0	48.957	-	48.957	-	58.408	-		
A	0,5	299.346	-	299.346	(1.497)	496.063	(2.755)		
B	1	122.002	17.576	139.578	(1.403)	211.452	(2.114)		
C	3	23.679	12.792	36.471	(1.106)	77.795	(2.355)		
D	10	6.576	4.209	10.785	(1.132)	21.439	(2.204)		
E	30	3.021	643	3.664	(1.149)	20.988	(6.528)		
F	50	94.899	25.916	120.815	(61.222)	14.848	(7.700)		
G	70	6.353	2.650	9.003	(8.071)	19.569	(14.385)		
H	100	42.351	102.404	144.756	(144.756)	103.021	(103.021)		
Total		647.184	166.191	813.375	(220.336)	1.023.583	(141.062)		

* Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil			
	2019	2018	Ajustes	2018 Reapresentado
Saldos iniciais	(141.062)	(76.189)	-	(76.189)
Constituições líquidas	(160.041)	(77.007)	(54.910)	(131.917)
Constituições	(162.618)	(90.238)	(54.910)	(145.148)
Reversões	2.577	13.231	-	13.231
Transferências para prejuízo	80.767	67.044	-	67.044
Saldos finais	(220.336)	(86.152)	(54.910)	(141.062)

A linha Saldos finais inclui R\$ 35 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2018) referentes a rubrica "Devedores por compra de valores e bens", com característica de concessão de crédito. (Nota 8)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	R\$ mil	
	2019	2018
Renegociados	39.849	51.028
Lançados a prejuízo	80.767	67.044
Recuperados	25.697	37.482

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	2019	2018
Rendas a receber (1)	1.386	1.954
Créditos Específicos	205	205
Diversos	15.920	91.973
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 15.a.3)	-	72.741
Devedores por compra de valores e bens	5.748	5.909
Devedores por depósitos em garantia	2.774	4.990
Impostos e contribuições a compensar (2)	4.808	5.737
Pagamentos a ressarcir (3)	2.478	2.315
Outros	112	281
Provisão para outros créditos (4)	(1.508)	(1.566)
Total	16.003	92.566
Circulante	6.773	35.081
Realizável a Longo Prazo	9.230	57.485

(1) Composição: Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 40 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2018); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 1.334 (R\$ 1.849 em 31 de dezembro de 2018); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 8 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018); Rendas a receber FUNSAF R\$ 4 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018); Rendas a receber FUNDESUL R\$ 0 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018); Rendas a receber Fundo Renova R\$ 0 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2018).

(2) Composição: IRPJ R\$ 2.435 e CSLL R\$ 2.373 pagos por estimativa mensal no exercício de 2018, a compensar.

(3) Neste grupo destacam-se o Fundo de Crédito Rural Diferenciado R\$ 1.269 (R\$ 1.269 em 31 de dezembro de 2018) e a Recomposição de saldo de operações com BNDES R\$ 734 (R\$ 697 em 31 de dezembro de 2018);

(4) Composição: Provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 34 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2018); Provisão para perdas em Fundo de Crédito Rural Diferenciado R\$ 1.269 (R\$ 1.269 em 31 de dezembro de 2018); Provisão p/ perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2018).

NOTA 9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Outros valores e bens - Bens não de uso próprio

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2019	2018
Imóveis não de uso próprio	30.450	20.033
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens não de uso	30.454	20.037
Provisão para desvalorização	(13.032)	(2.435)
Total	17.422	17.602



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros, totalizando R\$ 373 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2018).

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Investimento por incentivos fiscais (1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para perdas (2)	(37)	(37)
Total	38	38

(1) Composição: R\$ 38 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2018) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2018) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.

(2) O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 36 (36 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	<i>Custo</i>	<i>Depreciação</i>	<i>Valor Líquido</i>	
			2019	2018
			<i>R\$ mil</i>	
Terrenos	189	-	189	189
Edificações	3.867	(3.593)	274	348
Móveis e máquinas	2.721	(2.390)	331	411
Aparelhagens e sistema de comunicação	419	(308)	111	59
Equipamentos de informática	6.679	(6.124)	555	907
Sistema de segurança	191	(169)	22	37
Total	14.066	(12.584)	1.482	1.951

NOTA 12 - INTANGÍVEL

O Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais.

	<i>Custo</i>	<i>Amortização</i>	<i>Valor Líquido</i>	
			2019	2018
			<i>R\$ mil</i>	
Aquisição de software	5.411	(4.209)	1.202	530
Modernização SISBANDES	44.397	(38.175)	6.222	6.064
BI - Consultas	46	(46)	-	-
Sistema de ponto eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de crédito eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.181	(701)	480	424
Aplicativo para celulares	33	(9)	24	26
Total	51.576	(43.648)	7.928	7.044

NOTA 13 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Compõem-se de "Depósitos à Vista" e "Depósitos a Prazo", com prazo de vencimento de até 30 dias, originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP.

	<i>R\$ mil</i>	
<i>Depósitos</i>	2019	2018
À vista	8.862	9.467
A prazo	18.780	15.511
Total	27.642	24.978

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

<i>Posições</i>	<i>R\$ mil</i>				
	<i>Até 3 meses</i>	<i>De 3 a 12 meses</i>	<i>Até 12 meses</i>	<i>Acima de 12 meses</i>	<i>Total</i>
BNDES	80.725	90.734	171.459	351.822	523.281
Outras Inst. Oficiais	7.610	16.926	24.536	45.393	69.929
2019	88.335	107.660	195.995	397.215	593.210
2018	96.835	108.515	205.350	529.119	734.469

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Fiscais e previdenciárias (a)	4.380	4.094
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b)	217.816	215.221
Provisão para passivos contingentes (c)	17.817	3.459
Dotação para aumento de capital (d)	20.152	-
Provisão para pagamentos a efetuar	4.039	5.220
Credores diversos (e)	9.452	6.472
Sociais e estatutárias	698	22.915
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	16
Total	274.354	257.397
Circulante	120.221	96.472
Exigível a longo prazo	154.133	160.925

a) Fiscais e previdenciárias

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (1)	409	605
Impostos e contribuições s/ salários	1.136	1.124
Parcelamento de impostos (2)	1.060	1.458
Impostos e contribuições a recolher (3)	646	907
Passivo fiscal diferido (4)	1.129	-
Total	4.380	4.094
Circulante	3.757	3.074
Exigível a Longo Prazo	623	1.020

(1) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher de dezembro/2019.
(2) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.
(3) Impostos retidos na fonte de terceiros em dezembro/2019.
(4) Corresponde a IR R\$ 706 e CSLL R\$ 423 referentes ao efeito líquido no PL do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/0 (Nota 6.a).

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(136.462)	(10.413)
Juros sobre capital próprio	-	(23.464)
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	12.991	(1.338)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	147.907	66.987
Perdas efetivas de créditos	(57.123)	(32.328)
Outros	10.883	758
Despesas não dedutíveis	101	90
Base de Cálculo	(21.703)	292
Imposto de Renda	-	(49)
Contribuição Social	-	(58)
Incentivos fiscais	-	44
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social*	-	(63)

* Aliquotas vigentes: imposto de renda 15% + adicional de 10%; e contribuição social 15%.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

Devido à ocorrência no período de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para contribuição social, não foram constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social.

a.2) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

R\$ mil			
	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2018	19.042	31.736	50.777
Saldo em 31/12/2018 (Reapresentado)	27.278	45.463	72.741
Valores constituídos	2.640	4.400	7.040
Valores baixados	(29.918)	(49.863)	(79.781)
Saldo em 31/12/2019	-	-	-

a.3) Composição dos créditos tributários

A Administração, considerando a possibilidade de não atendimento aos requerimentos da Resolução BACEN nº 3.059/02 para manutenção do reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido, especificamente, quanto ao histórico de lucros ou receitas tributáveis previstos no artigo 1º. Inciso I da referida norma, deliberou pela baixa do saldo constituído.

R\$ mil				
	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	267.043	-	-	-
Provisão para devedores por compra de valores e bens	35	-	-	-
Provisão de ações cíveis e trabalhistas	13.084	-	-	-
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	732	-	-	-
Total em 31/12/2019	280.894	-	-	-
Total em 31/12/2018 (Reapresentado)	181.850	27.278	45.463	72.741
Total em 31/12/2018	126.941	19.041	31.736	50.777

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 217.816 (R\$ 215.221 em 31 de dezembro de 2018).

R\$ mil		
	2019	2018
FUNDAP	1.012	1.022
FUNDES	84.437	61.386
FUNDAPSOCIAL	-	-
FUNCITEC	43.127	35.338
FUNDÁGUA	39	15
FUNDEPAR-ES	22.935	35.027
FUNSAF	1.760	634
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	7.387	25.376
FUNDESUL	2.930	2.482
FUNDO RENOVA	7.243	4.647
FUNDESUL - PK	46.946	49.294
Total	217.816	215.221
Circulante	71.970	60.244
Exigível a Longo Prazo	145.846	154.977

c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados. A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

R\$ mil		
Ações com Risco Provável	2019	2018
Cíveis	9.442	1.377
Trabalhistas	3.642	2.082
Total	13.084	3.459

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

R\$ mil		
Ações com Risco Possível e Remoto	2019	2018
Cíveis	25.307	38.864
Trabalhistas	434	1.063
Fiscais	24.937	27.582
Total	50.678	67.509

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

R\$ mil			
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo em 01/01/2019	1.377	2.082	3.459
Atualização Monetária / Constituições	1.085	665	1.750
Reversões / Pagamentos	(531)	-	(531)
Saldo em 30/06/2019	1.931	2.747	4.678
Saldo em 01/07/2019	1.931	2.747	4.678
Atualização Monetária / Constituições	8.115	1.007	9.122
Reversões / Pagamentos	(604)	(112)	(716)
Saldo em 31/12/2019	9.442	3.642	13.084

d) Dotação para aumento de capital

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 20.152 (R\$ 8.408 em 31 de dezembro de 2018) disponibilizados pelo acionista Estado do Espírito Santo, referentes a Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2018, quitados e retidos conforme determinação do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social do BANDES.

e) Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 9.452 (R\$ 6.472 em 31 de dezembro de 2018) destacam-se: R\$ 724 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2018) referentes deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 e R\$ 3.443 (R\$ 2.223 em 31 de dezembro de 2018) referentes à recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 419.219, e está representado conforme composição abaixo:

2019	
Ações Ordinárias	18.257.516.094
- Estado do Espírito Santo	18.018.878.942
- Acionistas Minoritários	238.637.152
Ações Preferenciais	9.032.288.736
Classe "A"	2.858.838.741
- Estado do Espírito Santo	2.200.073.131
- Demais Acionistas	658.765.610
Classe "B"	6.173.449.995
- Estado do Espírito Santo	2.597.922.529
- Demais Acionistas	3.575.527.466
Total de ações emitidas	27.289.804.830
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais – classe "A")	(629.496.910)
Total de ações em circulação	26.488.268.092

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

b) Aumento de capital social

O Banco Central do Brasil, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro DEORF, expediu decisão favorável ao processo de aumento de capital de R\$ 11.771. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de nº 35, de 19/02/2019. Com a aprovação, o capital social passou de R\$ 407.448 para R\$ 419.219, dentro dos limites do capital autorizado.

c) Reservas de capital

As Reservas de capital registram R\$ 11.639 (R\$ 11.639 em 31 de dezembro de 2018) provenientes de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, aprovada pela Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016, realizada no exercício social de 2018.

d) Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 67, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. Em cumprimento ao §3º do artigo 66 do Estatuto Social, o saldo da reserva R\$ 5.274 (em 31 de dezembro de 2018) foi utilizado para absorção de parte do prejuízo do exercício social.

e) Reserva estatutária / Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 67, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
 Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

O saldo de R\$ 38.020 (R\$ 37.963 em 31 de dezembro de 2018, acrescido de R\$ 57 resultantes da incorporação no 1º semestre de 2019 de dividendos/JSCP do exercício de 2012 prescritos), foi utilizado, conforme §3º do artigo 66 do Estatuto Social, para absorção de parte do prejuízo do exercício social.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial R\$ 1.694 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2018) foram originados da reclassificação ao término do exercício, de parcela de títulos e valores mobiliários, da categoria mantidos até o vencimento para a categoria disponíveis para venda. O total representa o acréscimo correspondente ao ajuste ao valor de mercado dos títulos reclassificados, líquido dos efeitos tributários, conforme nota 6.a.

g) Lucros ou prejuízos acumulados

O título apresenta prejuízo acumulado total de R\$ 198.855, composto do prejuízo do exercício anterior representado de R\$ 32.946 e prejuízo do período de R\$ 209.203, somados aos R\$ 43.294 transferidos das Reservas de Lucros (Legal e Estatutária) para absorção de parte do resultado negativo.

h) Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077 mantido na rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, e que correspondem a 801.536.738 ações nominativas, sendo 172.039.828 ordinárias e 629.496.910 preferenciais.

NOTA 17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício, foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 1.631 (R\$ 1.623 em 31 de dezembro de 2018).

b) Programa de desligamento voluntário (PDV)

O programa de desligamento voluntário assegura dentre outros benefícios, o custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta e seis meses após o desligamento. A conta patrimonial provisória para indenizações trabalhistas diversas registra saldo de R\$ 732 (R\$ 2.099 em 31 de dezembro de 2018).

NOTA 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social. No exercício de 2019, as despesas com remuneração totalizaram R\$ 2.176 (R\$ 1.691 em 31 de dezembro de 2018). O total de 2018 R\$ 1.691 computa despesas relativas ao comitê de auditoria somente dos meses novembro e dezembro, visto que o mesmo foi instituído em novembro de 2018.

NOTA 19 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, atingiu R\$ 485.704 (R\$ 516.598 em 31 de dezembro de 2018).

Fundos Públicos	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	2019	2018
FUNDES	196.032	185.761
FUNDAP	50.857	116.294
FUNDAPSOCIAL	-	9
FUNDEPAR-ES	148.561	148.449
FUNDESUL	5.030	4.862
FUNDESUL PK	51.677	50.420
FUNDO RENOVA	10.644	10.803
FGP-ES	20.143	-
FUNSAF	1.760	-
TOTAL	485.704	516.598

NOTA 20 - OPERAÇÕES DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES aufera receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

Fundos	R\$ mil			
	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2019	2018	2019	2018
FUNDES (1)	3.942	5.589	(2.963)	(3.076)
FUNDAPSOCIAL (2)	-	-	-	(53)
FUNDEPAR-ES (3)	3.120	3.116	(1.249)	(2.164)
FUNCITEC (4)	-	-	(2.108)	(1.113)
FUNDAGUA (5)	-	-	(2)	-
PSA FUNDÁGUA (6)	1.710	1.707	(779)	(508)
FUNSAF (7)	4	1	(14)	(55)
FUNDESUL (8)	105	103	(113)	(119)
FUNDO RENOVA (9)	-	-	(156)	(290)
FUNDESUL PK (10)	713	307	(2.038)	(973)
TOTAL	9.594	10.823	(9.422)	(8.351)

	Rendas de Administração	Despesas sobre Disp. De Recursos
(1)	3% até dezembro/2018 e após esta data 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2)	A taxa de Administração foi extinta a partir de 2016.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no fundo.	100% do rendimento diário do CDI.
(6)	10% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(7)	1% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(8)	2,1% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(9)	Não aplicável.	IPCA defasado de 02 (dois) meses.
(10)	1,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

NOTA 21 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a autoavaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido às mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BanDES será mista, havendo "Títulos Mantidos até o Vencimento" e "Títulos disponíveis para a venda". A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI e Auditoria Interna - AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Comitê de Crédito - COCRE, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos. O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Gerência Financeira - GEFIN e Auditoria Interna - AUDIT. A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Gerência de Controladoria - GECON e Gerência de Planejamento e Processos - GEPLA.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

NOTA 26 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	2019	2018
Rendas de prestações de serviços	1.095	1.102
FUNDAP	38	106
FUNDEPAR	3.120	3.116
FUNDES	3.943	5.589
FUNDESUL	160	126
FUNDESUL-PK	731	307
FUNSAF	4	1
FUNDO RENOVA / PREFEITURAS	-	326
PSA FUNDÁGUA	1.710	1.706
Outras	303	64
Total	11.104	12.443

c) Despesas de pessoal

	2019	2018
Honorários	(2.176)	(1.691)
Benefícios	(7.808)	(6.881)
Encargos sociais	(9.230)	(9.262)
Proventos	(19.383)	(20.216)
Treinamento	(241)	(545)
Bolsa auxílio estágio	(1.461)	(1.274)
Total	(40.299)	(39.869)

d) Outras despesas administrativas

	2019	2018
Água, energia e gás	(773)	(745)
Aluguéis	(48)	(52)
Comunicações	(355)	(811)
Manutenção e conservação de bens	(1.107)	(1.282)
Material	(36)	(47)
Processamento de dados	(1.866)	(1.803)
Promoções/Relações públicas	(531)	(523)
Propaganda e publicidade	(50)	(114)
Publicações legais	(132)	(145)
Seguros	(7)	(6)
Serviços de vigilância	(331)	(317)
Serviços do Sistema Financeiro	(728)	(752)
Serviços de terceiros	(328)	(316)
Serviços técnicos especializados	(2.537)	(1.825)
Transportes	(156)	(167)
Viagem no país/externo	(412)	(565)
Despesas com processos judiciais	(4.127)	(1.757)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, treinamentos, etc.)	(1.114)	(1.105)
Amortização e depreciação	(1.332)	(1.142)
Total	(15.970)	(13.474)

e) Despesas tributárias

	2019	2018
PIS	(571)	(643)
COFINS	(3.513)	(3.955)
ISSQN	(639)	(754)
IPTU, Taxas	(66)	(56)
Total	(4.789)	(5.408)

f) Outras receitas operacionais

	2019	2018
Recuperações de encargos e despesas	1.326	856
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	4.154	2.484
Atualização monetária equalização juros BANDES/Pronaf	618	-
Atualização Selic s/ tributos a compensar	377	-
Atualização depósitos judiciais	162	202
Outras rendas operacionais	1.887	1.432
Total	8.524	4.974

g) Outras despesas operacionais

	2019	2018
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(12.334)	(1.052)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	(4.810)	(93)
Outras despesas operacionais	(340)	(140)
Despesas com utilização SISBACEN	(20)	(21)
Total	(17.504)	(1.306)

h) Resultado não operacional

	2019	2018
Resultado na alienação de valores e bens	(414)	(408)
Reversão de provisões de outros valores e bens	623	864
Outras rendas não operacionais	463	337
Desvalorização de outros valores e bens	(11.208)	(1.403)
Perdas em ações e cotas*	(284)	(293)
Despesas com bens não de uso	(263)	(30)
Total	(11.083)	(933)

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 31 de dezembro de 2019, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	16,91%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	16,91%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	16,91%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

l) Eventos subsequentes

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado na cidade de Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou o "COVID-19" como "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". A Instituição não identificou impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2019 causados pelo "COVID-19", todavia monitora atentamente impactos potenciais nos resultados de 2020. E com fundamento nas melhores informações disponíveis, estuda medidas para minimizá-los, notadamente:

- Em provisionamento de operações de crédito que pode ocorrer com o aumento da inadimplência, com a adoção dos critérios previstos na Resolução CMN nº 4.782, de 16/03/2020, que trata do gerenciamento do risco de crédito;
- De possível redução da Selic, em níveis superiores aos projetados no início do ano, que pode sensibilizar negativamente as receitas financeiras;
- Diminuição em disponibilidades financeiras, pelo decréscimo no recebimento de prestações de financiamentos;
- No suprimento de capital de giro para sustentar atividades econômicas básicas e dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado;
- Na redução do volume de novos negócios provocada pela desaceleração da atividade econômica em geral;
- Ações direcionadas a setores mais impactados pela evolução da pandemia

m) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às Instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015
46	Mensuração do Valor Justo	4.748/2019

A Administração esclarece que a Instituição não está sujeita a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, por não se enquadrar nas disposições do artigo 10 da Resolução CMN nº 3.198/04. O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias - Presidente
Maurício César Duque - Vice-Presidente
Geraldo Lorencini
Orlando Caliman

Leonardo Galazzi Zanotelli
Paulo César Brusqui de Almeida
Domingos Sávio Benincá

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
Flávia Fardim Antunes Bringhamti
Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Rogério Pegoretti Caetano Amorim
Alberto Farias Gavini Neto
Mário Stella Cassa Louzada

DIRETORIA EXECUTIVA

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE - Diretor-Presidente
IRANILSON CASADO PONTES - Diretor de Administração e Finanças
MARIA EMÍLIA VIEIRA DA SILVA - Diretora Operacional
LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO - Diretor de Negócios

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/0-3



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES
Vitória — ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 3, item "O", no decorrer do ano de 2018, o BANDES teve sua carteira de operações de crédito submetida à atividade de supervisão do Banco Central do Brasil. O escopo dos trabalhos abrangeu a classificação de risco de crédito das operações e a suficiência das correspondentes provisões reconhecidas contabilmente. Ao final do processo de supervisão, o DESUP/BACEN entendeu que os critérios de amortização significativa adotados pelas políticas e procedimentos pelo BANDES não estavam devidamente amparados pelo art. 8º da Resolução CMN nº 2.682/1999, impondo melhorias e recomendando o reconhecimento dos ajustes e a correção das inconsistências. Em resposta à argumentação na defesa da política adotada pelo BANDES, o DESUP/BACEN manteve o entendimento anteriormente firmado e reiterou a necessidade de alteração nos procedimentos de reclassificação das operações renegociadas com o estabelecimento de critérios mais rígidos, bem como os possíveis ajustes em decorrência dessas alterações.

Acatando as recomendações do DESUP/BACEN, a partir da proposição da Diretoria Executiva por meio do voto DIRAF nº 50/2019, o Conselho de Administração do BANDES aprovou alterações na Seção 1 – Políticas de Crédito, do Capítulo III – Manual de Operação de Crédito, do Âmbito 1 – Políticas Corporativas do Código Bandes de Compliance e determinou a revisão das reclassificações das operações renegociadas, gerando um ajuste líquido na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no valor de R\$ 32.946 mil.

A execução da revisão percorreu as seguintes etapas: ajuste de critérios de revisão, reprocessamento da classificação de matrizes de risco, reprocessamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), e, por último, a segregação dos valores da PCLD complementar das operações renegociadas nos exercícios de 2017 e 2018, com registro contábil no patrimônio líquido, com fundamento na Resolução CMN nº 4.007/2011, que recepcionou o Pronunciamento Contábil CPC 23, daquelas renegociadas a partir do exercício social de 2018, que tiveram o registro contábil da PCLD complementar lançado no resultado do exercício.

Nesse contexto, pelo fato de a presente demonstração reportar a comparação com o exercício anterior e que o reflexo do ajuste efetuado se deu em junho e julho de 2019, o período mais antigo de reapresentação retrospectiva possível de ser atingido foi a data de término do exercício social de 2018. Assim, os quadros do balanço patrimonial, demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa terão a denominação "reapresentado" grafada na coluna 2018 e os efeitos da referida reapresentação de saldos, que impactaram os saldos finais do exercício social completo de 2018, e que constituem os saldos iniciais da demonstração contábil desse exercício de 2019, seguem apresentados adiante e estão reportados na demonstração nesta demonstração anual. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do BANDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BANDES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BANDES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1CRC/RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico